



GUARDA MUNICIPAL

13/04/2014

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Noções de Direitos Humanos e Cidadania	11 a 20
Noções de Direito Administrativo	21 a 25
Noções de Direito Constitucional	26 a 30
Noções de Direito Penal	31 a 35
Conhecimentos Específicos	36 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 50 questões.
2. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha, no cartão-resposta, a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. As provas terão a duração de **quatro horas**, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se do prédio após terem decorridas **duas horas de prova**. O caderno de questões só poderá ser levado depois de decorridas **três horas e trinta minutos** de prova.
6. **AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.**

CONCURSO PÚBLICO

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01 a 08**.

A Guarda Municipal e a Segurança Pública

Um processo histórico não acontece da noite para o dia, não é uma simples equação em que se chega a um resultado numérico. É um processo que depende de inúmeros eixos notadamente estudados pela História: humanos, políticos, sociais, dentre tantos. Podemos considerar que estamos vivendo um processo de evolução na segurança pública no Brasil, já que velhas práticas coexistem com novas propostas: a adoção do policiamento comunitário, proativo, a garantia dos direitos individuais e a liberdade de expressão, esta última ainda que por vezes cerceada.

O entendimento sobre segurança pública, ainda que ferrenhamente não aceito por alguns, também está evoluindo, deixando para trás o simplismo que atribui segurança pública à polícia. Nesse contexto, a participação do município foi colocada em evidência, basicamente na elaboração de estratégias preventivas, seja no seu espaço físico, seja na orientação à população ou ainda na utilização de mecanismos tecnológicos diversos. Não foi ao acaso ou por impedimento legal que coube ao município agir preventivamente. Está mais do que provado que a simples repressão não reduz a criminalidade, tampouco controla a origem da violência, só mantém os órgãos de segurança a situações de ação e reação.

Assim, quando se estuda a imprescindível participação do município na segurança pública, temos por pilar principal de sustentação de qualquer ação preventiva a Guarda Municipal. Por muito tempo, o mesmo simplismo que reduziu a segurança pública a problemas da polícia, também reduziu as Guardas Municipais (utilizo o termo no plural, pois esses problemas são comuns a todas as corporações municipais) a cuidar do patrimônio público. As Guardas Municipais [...] podem e devem ter uma ação muito mais ampla do que cuidar do patrimônio público.

Para realizar esta proteção, utiliza-se de duas formas distintas: a Guarda Municipal em um posto fixo e em viaturas realizando o patrulhamento ostensivo de várias instalações municipais. Essa segunda forma é dinâmica, têm grande mobilidade de ação, pode ser alterada conforme a necessidade operacional e auxilia a população de inúmeras outras formas. [...] As Guardas Municipais colaboram e se fazem necessárias nas cidades preocupadas em estabelecer uma política municipal de segurança, realizando com profissionalismo ações de segurança pública.

Antes relegadas a segundo plano, as Guardas Municipais têm hoje uma participação plena no cenário conturbado da segurança pública e não se pode tratar do assunto de forma irresponsável, com uma seleção e uma formação pífia, pois segurança pública diz respeito a duas condições fundamentais: a vida e a liberdade.

Assim, fica evidente a imprescindível parcela de responsabilidade do município na segurança pública, com uma Guarda Municipal moderna e, acima de tudo, ética, sem concepções autoritárias, burocráticas e repressivas; uma Guarda Municipal instruída para o patrulhamento comunitário, para a mediação de conflitos cotidianos, para a resolução de problemas sociais e sempre pronta para a defesa da vida.

BERNI, Dênis. Disponível em: <<http://votoconscientejundiai.com.br/cidadania/guarda-municipal-e-seguranca-publica/>> Acesso em: 14 jan. 2014. (Adaptado).

— QUESTÃO 01 —

O texto de Dênis Berni pode ser considerado um artigo de opinião porque

- (A) mobiliza sequências expositivas para tornar conceitos científicos acessíveis.
- (B) seleciona argumentos em favor da defesa de um ponto de vista.
- (C) orienta os guardas municipais no exercício de sua função.
- (D) propõe alterações no plano diretor dos municípios.

— QUESTÃO 02 —

Em relação à Guarda Municipal e à segurança pública, no texto, o autor considera que

- (A) a defesa da vida e da liberdade, condições fundamentais da segurança pública, é função do Estado e da União.
- (B) a proteção do patrimônio público, que, em geral, é alvo de vândalos, deve ser atividade exclusiva dos agentes municipais de segurança.
- (C) a formação ética e profissional do guarda municipal, necessárias em qualquer área do conhecimento, possui graves falhas em relação à formação policial.
- (D) a ampliação da noção de segurança pública, que atribui responsabilidades aos municípios, constitui um processo de evolução histórica.

— QUESTÃO 03 —

A negação das metáforas “noite e dia” e “equação matemática”, utilizadas no início do texto, contribui para o autor explicitar as seguintes características de um processo histórico:

- (A) instantaneidade e separação de elementos de um conjunto.
- (B) universalidade e resolução pontual de um problema.
- (C) gradualidade e inter-relações complexas.
- (D) exatidão e raciocínio lógico.

— QUESTÃO 04 —

Os textos são, por natureza, dialógicos porque constituem respostas a outros textos e discursos. O texto de Dênis Berni contrapõe-se ao discurso que defende a ideia de que

- (A) segurança pública é de competência exclusiva da polícia.
- (B) práticas antigas convivem com novas propostas.
- (C) repressão contribui para a ação e a reação dos órgãos de segurança.
- (D) mecanismos tecnológicos diversos estão distantes da esfera da segurança.

— QUESTÃO 11 —

Compete aos agentes do Estado, como é o caso do guarda municipal, garantir o exercício dos direitos individuais inerentes aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e, ao mesmo tempo, assegurar o interesse coletivo, público ou estatal. Devido a esse princípio,

- (A) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, salvo para averiguação quanto ao cometimento de crime ou transgressão, desde que por período inferior a vinte e quatro horas.
- (B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou de ordem de autoridade legalmente constituída, desde que dirigidas a indivíduos encontrados na prática de crime ou transgressão.
- (C) ninguém poderá ser impedido de reunir-se pacificamente, sem armas, desde que deixem de frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- (D) ninguém poderá entrar em uma casa sem consentimento do morador, ou a qualquer hora, por determinação judicial, desde que na presença do morador ou, em sua falta, na presença de duas testemunhas.

— QUESTÃO 12 —

A Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas (1984) é resultado do esforço para garantir que ninguém será sujeito a tortura ou a pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante promovido por pessoas no exercício de funções públicas. Esse documento define que o termo “tortura” compreende todo

- (A) sofrimento infligido intencionalmente a uma pessoa a fim de obter informações ou confissões.
- (B) ato intencional que cause lesão corporal em um cidadão detido por suspeita de cometimento de crime.
- (C) ato que cause sofrimento mental, intimidação ou coação a uma pessoa suspeita de cometimento de crime.
- (D) sofrimento físico ou mental ocasionado pelo cumprimento de qualquer tipo de sanção.

— QUESTÃO 13 —

O reconhecimento dos princípios fundamentais, dos direitos e da dignidade da pessoa proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é necessário para garantir a liberdade, a justiça e a paz no mundo. Desses princípios decorre que:

- (A) a segurança pessoal é um direito restrito àqueles que podem pagar por ela, a qual é reconhecida como segurança privada.
- (B) a proteção da lei é um direito restrito àqueles que são assistidos por um advogado que interpreta a lei e exige seu cumprimento.
- (C) a presunção de inocência é um princípio restrito aos julgamentos nos tribunais sem aplicação aos casos de detenção para fins de averiguação.
- (D) a ordem pública é um princípio capaz de restringir os direitos e as liberdades do indivíduo, conforme limitações legais.

— QUESTÃO 14 —

Com o fim de promover a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países e para assegurar cuidados e assistência especiais à infância, a Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989) estabelece que os Estados-partes

- (A) proibam toda forma de exploração econômica e o desempenho de qualquer trabalho.
- (B) zelem para impedir que a criança seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos.
- (C) assegurem a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, em substituição aos deveres dos pais.
- (D) assegurem à criança, acompanhada de seus pais, os direitos de associação e liberdade de reunião pacífica.

— QUESTÃO 15 —

O código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (1979) é um corpo de princípios adotado pela ONU e que deve ser observado pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, a fim de promover dignidade humana e defender os direitos humanos de todas as pessoas. Segundo esses princípios, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei

- (A) estão autorizados a empregar a força sempre que houver violação da lei que resulte no cometimento de crime.
- (B) estão autorizados a divulgar toda e qualquer violação da lei, inclusive com exposição pública dos transgressores.
- (C) podem invocar o cumprimento de ordens superiores como justificção para atos de torturas cometidas contra criminosos.
- (D) devem tomar as medidas imediatas para assegurar o socorro médico aos violadores da lei encontrados em flagrante delito.

— QUESTÃO 16 —

A Lei Federal n. 4.898, de 09 de dezembro de 1965, define os casos de abuso de autoridade e também regula o direito de representação e o devido processo de responsabilidade administrativa civil e penal. Em conformidade com a referida lei,

- (A) a autoria do crime de abuso de autoridade é restrita aos militares e delegados de polícia, no exercício de cargo, emprego ou função pública, que agirem em desconformidade com o que a lei estabelece.
- (B) a caracterização do fato típico do crime de abuso de autoridade é restrita aos atos de violação à integridade física de indivíduos custodiados ou à liberdade de locomoção de qualquer cidadão.
- (C) a prática de crime de abuso de autoridade sujeitará seu autor a uma sanção administrativa, civil e penal, dependendo da gravidade do abuso cometido, podendo ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.
- (D) a ação penal será iniciada, após conclusão do processo administrativo ou de justificação, por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

— QUESTÃO 17 —

A Lei n. 7.716, de 05 de janeiro de 1989, é conhecida por definir os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Nesse contexto,

- (A) as penas impostas por essa lei alcançam somente os agentes privados, pois o agente público está sujeito a outro ordenamento jurídico específico, que caracteriza o abuso de poder.
- (B) as postagens de informações nas redes de comunicação social que induzem ou incitam a discriminação ou o preconceito em razão de religião constitui crime previsto nessa lei, punível com reclusão.
- (C) as penas impostas por essa lei, e seus efeitos, alcançam somente os agentes, pessoas físicas, que representam suas organizações, pois a pena é restrita à pessoa do agente.
- (D) as penas de reclusão ou detenção de dois a cinco anos são aplicáveis a quem fabricar, comercializar, distribuir ou utilizar o símbolo da cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

— QUESTÃO 18 —

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece deveres e obrigações aos pais e responsáveis, à sociedade e ao Estado, para que promovam a garantia dos direitos e a proteção devida à pessoa em desenvolvimento. Segundo esse estatuto, a

- (A) hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel ou pensão é proibida, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou por responsável.
- (B) falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (C) família tem o dever de lhe garantir o ensino fundamental, inclusive para aqueles que estão fora da idade escolar convencional.
- (D) autorização judicial para viagem será exigida sempre que a criança empreender viagem para fora da comarca onde reside.

— QUESTÃO 19 —

A convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979) foi ratificada pelo Brasil em 1984 e, segundo esse documento, os Estados-membros se comprometem a

- (A) assegurar que seja reconhecida e protegida a condição de fragilidade da mulher, assegurando-lhes serviços condizentes com seu biótipo e direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento.
- (B) adotar medidas adequadas de proteção à mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares, garantindo-lhe direitos privilegiados, em particular, em matérias pertinentes aos filhos.
- (C) zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com a política de proteção contra a discriminação, visando eliminar todo ato ou toda prática de discriminação contra a mulher.
- (D) assegurar a igualdade de direitos entre homens e mulheres na esfera da educação e, para dar efetividade a essa política, deverá instituir o sistema de cotas para ingresso de mulheres nas universidades públicas.

— QUESTÃO 20 —

A liberdade constitui um direito individual que deve ser garantido pelo Estado, e, para isso, a

- (A) ação de mandado de segurança poderá ser impetrada sempre que alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) locomoção no território nacional, em qualquer tempo, é livre e qualquer pessoa pode nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens, constituindo crime de abuso de poder a coação à liberdade de locomoção.
- (C) identificação do autor da prisão é questão de sigilo profissional, e o preso somente terá direito à identificação dos responsáveis por sua detenção se houver violação à integridade física.
- (D) ação estatal de encarceramento somente poderá ocorrer nos casos de crime ou transgressão militar, definidos em lei, de flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.

— QUESTÃO 21 —

A Constituição Federal estabelece normas e princípios que regem a administração pública, vinculando a ação dos agentes públicos conforme a interpretação dada pela doutrina. Assim, segundo o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, do

- (A) princípio da legalidade decorre a liberdade que o agente público tem para praticar toda ação que inexista vedação por lei.
- (B) princípio da discricionariedade decorre que o agente público deverá praticar o ato da maneira e nas condições que lhe forem mais convenientes.
- (C) regimento de um órgão decorre normas que se dirigem aos servidores executores do serviço, sem constituir obrigação devida aos particulares em geral.
- (D) poder hierárquico decorrem os atos ordinatórios dirigidos aos particulares em geral, com o fim de regular suas condutas.

— QUESTÃO 22 —

Di Pietro ensina que o poder da administração pública é limitado no âmbito de dois aspectos opostos: a autoridade da administração pública e a liberdade individual. Do desfecho desse antagonismo jurídico decorre que o

- (A) princípio da predominância do interesse público sobre o particular é o fundamento do poder de polícia, pois dele se revela a posição de supremacia da administração sobre os administrados.
- (B) princípio da proporcionalidade dos meios aos fins estabelece limites ao poder de polícia para que seu exercício seja limitado aos atos necessários à satisfação do interesse do agente estatal.
- (C) atributo da exigibilidade é a característica inerente ao poder de polícia que faculta à administração utilizar de meios diretos de coação para exigir o cumprimento de determinações de agentes no exercício de policiamento.
- (D) poder de polícia, segundo o conceito moderno adotado pelo direito administrativo brasileiro, é a atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança.

— QUESTÃO 23 —

O conjunto de princípios e normas que regem o serviço público, os agentes e os servidores públicos induzem à existência de um regime jurídico próprio que define os direitos e deveres aplicáveis a cada caso. Desse conjunto depreende-se que os

- (A) agentes públicos são pessoas físicas detentoras de poder de polícia, decorrente de investidura em cargo público pertencente aos órgãos integrantes do sistema de segurança pública.
- (B) titulares de cargos públicos possuem por direito apenas os vencimentos, ou subsídio inerente ao cargo, tendo em vista que o cargo é inapropriável pelo servidor.
- (C) guardas municipais estão sujeitos às normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos militares, pois estão sob disciplina rígida, assemelhada à disciplina militar.
- (D) servidores públicos punidos em decorrência de falta apurada em processo administrativo disciplinar poderão submeter o ato punitivo à apreciação do Poder Judiciário para exercício do controle de legalidade.

— QUESTÃO 24 —

Conforme Meirelles (2002, p. 391), “as entidades estatais são livres para organizar seu pessoal para o melhor atendimento dos serviços a seu cargo”. É por gozar dessa liberdade que o município de Senador Canedo editou as Leis 1.467, de 04 de janeiro de 2010, 1.488, de 06 de abril de 2010 e 1.744, de 22 de outubro de 2013 e estabeleceu que a

- (A) regra aplicada à progressão funcional é a do critério de antiguidade, apurado pelo cômputo do tempo de serviço, deduzido o tempo de afastamento decorrente de gozo de licenças desprovidas de remuneração.
- (B) guarda de sigilo funcional, o proceder, na vida privada, de modo que dignifique o cargo que exerce e a cooperação e espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho são deveres do servidor público municipal.
- (C) jornada de trabalho compreenderá dias úteis, sábados, domingos e feriados, em períodos diurnos e noturnos, porém será assegurado descanso semanal remunerado mínimo de quarenta e oito horas consecutivas.
- (D) suspensão preventiva do servidor infrator poderá ser aplicada por seu chefe imediato no ato da instauração do processo disciplinar, por período de até trinta dias, prorrogável até noventa dias.

— QUESTÃO 25 —

A Lei n. 1.605, de 1º de novembro de 2011, dispõe sobre a reestruturação da carreira da Guarda Municipal de Senador Canedo, estabelecendo normas específicas e aplicáveis somente aos servidores integrantes da Guarda Municipal, os quais

- (A) subordinam-se a normas específicas e possuem estatuto e planos de cargos e remuneração próprios, distinto dos demais servidores públicos municipais.
- (B) obrigam-se a comparecer nas chamadas previamente programadas e, no caso de permuta de serviço com colegas, deverá comunicar ao superior antes de concluir o turno de serviço.
- (C) deverão ter uma atitude de colaboração com todo o grupo de servidores para que os trabalhos sejam desenvolvidos com perfeição, como forma de manifestação da disciplina.
- (D) estão sujeitos à pena de demissão nos casos de violação reiterada das normas proibitivas constantes na lei e no caso de lesão corporal a qualquer município, durante o desempenho de suas funções.

— QUESTÃO 26 —

Segundo a Constituição Federal, é cargo privativo de brasileiro nato:

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Oficial da Polícia Militar.
- (C) Governador de Estado da Federação.
- (D) Presidente de Assembleia Legislativa.

— QUESTÃO 27 —

De acordo com preceito constitucional, será concedido *habeas data*:

- (A) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (B) para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (C) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (D) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

— QUESTÃO 28 —

A competência para legislar sobre as normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares é:

- (A) privativa dos Estados.
- (B) privativa da União.
- (C) concorrente da União e dos Estados.
- (D) concorrente dos Estados e dos Municípios.

— QUESTÃO 29 —

Segundo a Constituição Federal, o servidor público estável só perderá o cargo em

- (A) decorrência de invalidez permanente.
- (B) razão de extinção do cargo.
- (C) virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) período anterior a três anos de efetivo exercício do cargo.

— QUESTÃO 30 —

De acordo com a Constituição Federal, os deputados federais e senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o:

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Conselho Nacional de Justiça.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal Regional Eleitoral.

— QUESTÃO 31 —

O Direito Penal possui normas explicativas que esclarecem, orientam e definem conceitos e circunstâncias necessárias à aplicação das normas que tipificam o delito. Segundo essas normas,

- (A) considera-se crime tentado quando o agente deixa de prosseguir na execução dos atos, impedindo que se consuma o crime com produção de circunstâncias alheias à sua vontade.
- (B) considera-se causa do evento criminoso a ação ou omissão imprescindível para a ocorrência do resultado, sendo igualmente imputável qualquer agente que dela participe.
- (C) considera-se passível de redução da pena a hipótese de crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, em que o dano for reparado ou restituída a coisa, até trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) considera-se crime impossível e sem aplicação de pena pela tentativa, aquele que, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível ser consumado.

— QUESTÃO 32 —

É preceito do Código Penal Brasileiro que a

- (A) coação irresistível e obediência à ordem hierárquica, sem manifestação de ilegalidade, excluem a culpabilidade do agente.
- (B) forte emoção e embriaguez culposa, pelo álcool ou por substância de efeitos análogos, excluem a imputabilidade penal.
- (C) legítima defesa e estrito cumprimento de dever legal excluem a imputabilidade, mesmo subsistindo a ilicitude.
- (D) pena prevista para o crime culposos é aplicada ao agente que carrega sobre si a culpa por querer o resultado ou assumir o risco de produzi-lo.

— QUESTÃO 33 —

Os crimes contra a pessoa estão elencados no Título I da Parte Especial do Código Penal Brasileiro e, em seu Capítulo I, estão definidos os crimes contra a vida, dentre os quais compreende a conduta de

- (A) deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à pessoa inválida ou ferida, em grave e iminente perigo; ou deixar de pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.
- (B) abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.
- (C) provocar lesão corporal de natureza grave em gestante, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, ainda que com o consentimento da gestante para a prática do aborto.
- (D) ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem com resultado qualificado pelo perigo à vida, enfermidade incurável, aceleração de parto ou aborto.

— QUESTÃO 34 —

Está sujeito às penas previstas no Título II do Código Penal Brasileiro, o qual define os crimes contra o patrimônio, aquele que

- (A) apropria-se de dinheiro, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio.
- (B) causar em alguém lesão corporal grave com o fim de subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem.
- (C) apropria-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- (D) colocar animais no interior de propriedade tombada pela autoridade competente em virtude de valor histórico, ainda que não resulte prejuízo.

— QUESTÃO 35 —

Aquele que omite em documento público declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, comete o crime de:

- (A) uso de documento falso.
- (B) falsificação de sinal público.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) falsidade Ideológica.

— QUESTÃO 36 —

Segundo a Constituição Federal, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho são atribuições da

- (A) Guarda Municipal.
- (B) Polícia Militar.
- (C) Polícia Civil.
- (D) Polícia Federal.

— QUESTÃO 37 —

Nos termos da Lei Municipal n. 1.605, de 1º de novembro de 2011, constitui situação que sujeita o integrante da Guarda Municipal de Senador Canedo à pena de demissão:

- (A) permutar serviço sem autorização superior.
- (B) usar violência arbitrária no exercício de suas atividades.
- (C) simular doença para esquivar-se de serviço.
- (D) fazer apostas em eventos ilegais estando em serviço.

— QUESTÃO 38 —

Quanto ao tipo, o armamento leve classifica-se em:

- (A) de antecarga e de retrocarga.
- (B) de uso individual e de uso coletivo.
- (C) de porte, portátil e não portátil.
- (D) de tiro unitário, de repetição e semiautomático.

— QUESTÃO 39 —

A tecnologia Taser revolucionou o treinamento e as práticas policiais. Essa tecnologia se fundamenta no seguinte princípio:

- (A) a utilização do sistema da Taser se baseia na percepção da dor, que imediatamente interrompe os movimentos coordenados do sujeito.
- (B) a tecnologia Taser deixa o sistema nervoso temporariamente incapacitado, tomando conta do controle muscular, mas permitindo rápida recuperação.
- (C) a voltagem elétrica utilizada no sistema Taser gera risco significativo aos seres humanos.
- (D) a tecnologia Taser aumenta a ocorrência de lesões e de contusões musculares, tanto para policiais quanto para suspeitos, apesar de reduzir o uso excessivo da força.

— QUESTÃO 40 —

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, à ocorrência de ato infracional praticado por criança, verificada pela autoridade judiciária competente, poderá ser-lhe aplicada a seguinte medida:

- (A) acolhimento institucional.
- (B) liberdade assistida.
- (C) prestação de serviços à comunidade.
- (D) internação em estabelecimento educacional.

— QUESTÃO 41 —

Segundo o Estatuto do Desarmamento, é permitido o porte de arma de fogo, quando em serviço, para o integrante da Guarda Municipal de cidade com mais de

- (A) dez mil e menos de cem mil habitantes.
- (B) trinta mil e menos de trezentos mil habitantes.
- (C) quarenta mil e menos de quatrocentos mil habitantes.
- (D) cinquenta mil e menos de quinhentos mil habitantes.

— QUESTÃO 42 —

Segundo a Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, quem prescreve ou ministra, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou a faz em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, está sujeito à seguinte pena:

- (A) advertência sobre os efeitos das drogas.
- (B) prestação de serviços à comunidade.
- (C) medida educativa de comparecimento a programa educativo.
- (D) detenção e pagamento de multa.

— QUESTÃO 43 —

O uso da força pelos agentes de segurança pública, nos termos da Portaria Interministerial n. 4.226, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério da Justiça, deverá obedecer à seguinte diretriz:

- (A) o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública é uma ação legítima.
- (B) o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros é uma ação legítima.
- (C) o disparo de arma de fogo contra pessoas é permitido em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave.
- (D) os "disparos de advertência" são considerados práticas aceitáveis, por atenderem aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

— QUESTÃO 44 —

É aspecto relevante em relação ao histórico do município de Senador Canedo:

- (A) a sua fundação está relacionada à construção da estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), na década de 1930.
- (B) a Fazenda Vela Bonita, de propriedade do Senador Pedro Canedo, foi o local escolhido para montar os acampamentos que deram início à povoação.
- (C) a cidade integra a Região Metropolitana de Aparecida de Goiânia, da qual foi distrito até 1978, quando a Lei n. 10.435 emancipou o município.
- (D) a estação da Ferrovia Centro Atlântica, de propriedade da RFFSA, respondeu pela geração de três quintos da riqueza do município de Senador Canedo no final da última década.

— QUESTÃO 45 —

Segundo a Lei n. 11.705, de 19 de junho de 2008, é proibida, na faixa de domínio de rodovia federal ou em terrenos contíguos à faixa de domínio com acesso direto à rodovia, a

- (A) comercialização de produtos alimentícios que causem fermentação.
- (B) venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas para consumo no local.
- (C) instalação de propaganda de bebidas alcoólicas e de cigarros.
- (D) divulgação de eventos onde haja comercialização de bebidas alcoólicas.

— QUESTÃO 46 —

Nos termos da Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, a seguinte medida protetiva de urgência:

- (A) pena de detenção, de três meses a três anos.
- (B) condução coercitiva a serviços públicos de assistência social.
- (C) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (D) remoção compulsória, quando tratar-se de servidor público.

— QUESTÃO 47 —

Segundo o Código Civil Brasileiro, são bens públicos dominicais:

- (A) os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público.
- (B) os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.
- (C) os edifícios ou terrenos destinados a serviço da administração pública.
- (D) os estabelecimentos comerciais construídos às margens de rodovias.

— QUESTÃO 48 —

Nos termos da Lei Municipal n. 1.605, de 1º de novembro de 2011, compete à Guarda Municipal de Senador Canedo:

- (A) executar as atividades de defesa civil na área de atuação da corporação.
- (B) realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias, estradas e vias urbanas municipais.
- (C) desenvolver a preservação da ordem pública nos limites geográficos do município.
- (D) promover a adoção de procedimentos básicos de segurança nos espaços dos prédios municipais.

— QUESTÃO 49 —

Conforme a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a:

- (A) transitar com a arma em todo o território nacional.
- (B) transitar com a arma entre a sua residência e o seu local de trabalho.
- (C) manter a arma de fogo exclusivamente no seu local de trabalho, tratando-se de empregado.
- (D) manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou de seu domicílio.

— QUESTÃO 50 —

“Determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.” Este enunciado trata do seguinte princípio que rege o uso da força por agentes de segurança pública:

- (A) Princípio da Necessidade.
- (B) Princípio da Proporcionalidade.
- (C) Princípio da Moderação.
- (D) Princípio da Conveniência.